

A CRISE CAPITALISTA NO SÉCULO XXI E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES

Candida da Costa

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Carlos Roberto Horta

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Íris Martha Roldán

Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais da Argentina (FLACSO)

A CRISE CAPITALISTA NO SÉCULO XXI E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES

Resumo: Este artigo aborda os impactos da crise financeira na intervenção do Estado junto ao mercado, tendo como elemento de análise a crise financeira em 2008/2009, suas repercussões no Brasil e na Argentina sobre o emprego dos trabalhadores. No primeiro caso, focaliza como objetos de investigação a indústria de mineração e o setor automobilístico. No segundo caso, enfoca o capitalismo informacional no modo como atinge as formas de contratação dos trabalhadores e o processo de trabalho.

Palavras-chave: Trabalhadores, crise financeira, capitalismo informacional, desemprego.

THE CAPITALIST CRISIS IN THE 21ST CENTURY AND THE BACKLASHES FOR THE WORKERS

Abstract: The impacts of the financial crisis over the State's intervention in the market are approached, regarding as elements of analysis the financial crisis of 2008/2009, and its backlashes upon the worker's jobs in Brazil and Argentina. In the first case, the objects of investigation are the mining industry as well as the automobile sector. In the second case, the focus is on the informational capitalism in the way it affects the forms of hiring employees and the labor process.

Keywords: Workers, financial crisis, informational capitalism, unemployment.

Recebido em 13.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

1 INTRODUÇÃO

A economia capitalista mundial, nas últimas décadas, tem expressado movimentos diferenciados nos quais coexistem crescimento e estagnação. O crescimento da produtividade se deu de forma desigual, não se generalizando em todas as economias e obtendo melhor resultado nos setores de ponta dos Estados Unidos. Nos países cujo modelo de desenvolvimento não alcançou o padrão de desenvolvimento dos chamados países desenvolvidos, os ganhos de produtividade foram obtidos principalmente através do aumento nas taxas de desemprego, da jornada de trabalho e da precarização dos direitos dos trabalhadores. Feito o diagnóstico de existência da crise, o grande vilão apontado foi o estado keynesiano, identificado como estado intervencionista e foram condenadas as políticas de expansão dos gastos públicos. A saída encontrada foram as políticas neoliberais e o estado mínimo, imposto especialmente nos países do terceiro mundo, justamente aqueles em que se ampliava a pobreza da população.

O estado passou a ser apontado como gigantesco e ineficiente, devendo ser reduzido o seu papel de intervenção e regulação. A saída para a crise fiscal passava por esse caminho e pelo fortalecimento do papel do mercado. Nesse sentido, a redução das despesas públicas, as privatizações passaram a ser a tônica, embora não fossem reduzidos os gastos com pagamento de serviços da dívida.

As décadas de neoliberalismo aprofundaram a pobreza no mundo, a flexibilização e precarização do mercado de trabalho, a quebra de mercados nacionais e o enriquecimento do mercado financeiro, à custa do encolhimento do sistema produtivo.

Não sem razão, vários movimentos já vinham contestando as tentativas do neoliberalismo se firmar como “pensamento único” e exigindo outra globalização, a exemplo dos protestos em Seattle e Gênova e do Fórum Social Mundial, sob o mote “Um outro mundo é possível”.

Privatização das empresas estatais, a liberalização do fluxo de capitais, a liberalização do comércio exterior, a desregulamentação do mercado de trabalho, as reformas fiscais e previdenciárias, entre outras, foram aplicadas como forma de estabilizar a economia e promover o seu crescimento. Porém, a crise capitalista que se tornou mais evidente em 2008, cuja crise do sistema financeiro veio evidenciar, demonstrou a falácia desse argumento. Em primeiro lugar, demonstrou que o Estado que se apresentava em permanente crise fiscal tinha dinheiro em caixa para gastar. O plano de socorro do governo norte-americano aos bancos importava em 1,5 trilhões de dólares.

Em segundo lugar, colocava a nu como a especulação financeira substituíra qualquer iniciativa de investimento produtivo. Em terceiro lugar, colocava os elementos para reflexão sobre como funciona a lógica para enunciar a crise: a quebra de bancos envolvidos em má gestão, advinda de especulação financeira, cria uma crise de proporções mundiais, assim nomeada e aceita por governos mundialmente, vez que rapidamente suscita medidas públicas, porém, a tragédia vivenciada por trabalhadores desempregados em larga escala, a pobreza vivenciada por 1/3 da humanidade sob o neoliberalismo até então não fora suficiente para que os governos enxergassem a crise do capitalismo. O que é interessante notar, é que os críticos da intervenção do estado na economia até recentemente, passam a elogiar a intervenção do estado na operação de salvamento dos bancos, pela sua capacidade de recuperar a confiança no mercado.

Neste artigo, pretende-se focar esta problemática, tomando-se como elemento de análise a crise financeira em 2008/2009, seus rebatimentos na indústria de mineração e no setor automobilístico - no Brasil - tendo como objetivo captar seus impactos sobre o emprego dos trabalhadores e trabalhadoras e no capitalismo informacional (no ramo televisivo, em particular) - na Argentina, na forma em que atingem as formas de contratação e o processo de trabalho dos trabalhadores.

2 A CRISE E O DESEMPREGO

Não obstante as diversas medidas tomadas pelos diferentes governos para atenuar a situação dos bancos e de diversos segmentos dos setores produtivos, a opção de vários empresários tem sido a demissão de trabalhadores. No Brasil, os sindicatos apontam que pequenos bancos já demitiram mais de 890 trabalhadores. Entre os bancos de investimento, foram demitidos mais de 500 profissionais em São Paulo e no Rio no UBS Pactual, no Crédit Suisse, no Citibank, no Itaú BBA, no Goldman Sachs, no Société Générale, no Merrill Lynch e no JP Morgan, sendo a maioria executivos. Em Londres, o banco HSBC anuncia a possibilidade de demissão de 1.200 trabalhadores. A empresa finlandesa Nokia, pretendendo realizar corte de US\$ 909 milhões, anunciou que pretende eliminar 1,7 milhões de postos de trabalho em todo o mundo. Por sua vez, a Panasonic informou que pretende demitir 17.000 funcionários e fechar 17 fábricas em todo o mundo. A Empresa Brasileira de Aviação - EMBRAER demitiu 4,2 mil trabalhadores. Esse pequeno panorama demonstra que a crise tem tido sério impacto sobre os trabalhadores. Estudos da Organização Internacional do Trabalho - OIT

demonstram que 130 mil trabalhadores da área financeira perderam o emprego desde outubro de 2008, representando 40% das demissões anunciadas nos últimos 18 meses. Desde agosto de 2007, início da crise no mercado imobiliário norte-americano até março de 2009, 325 mil trabalhadores do setor financeiro já foram demitidos.

Frente a este quadro, o Relatório da OIT sobre as tendências do desemprego em 2009 aponta que:

- a. Com base nas previsões do FMI de novembro de 2008, a taxa de desemprego no mundo poderia aumentar em até 6,1% em 2009, em comparação com os 5,7% de 2007, o que representa 18 milhões de desempregados a mais em 2009 em relação a 2007.
- b. Caso a situação econômica se deteriore além do previsto em novembro de 2008, o que é provável, a taxa de desemprego mundial poderia aumentar até 6,5%, o que representa 30 milhões a mais de pessoas sem emprego no mundo em relação a 2007.
- c. Em uma hipótese atual sobre a evolução mais pessimista, a taxa de desemprego poderia chegar a 7,1%, o que equivaleria a aumento de mais de 50 milhões de desempregados no mundo.
- d. O número de trabalhadores pobres – isto é, de pessoas que não ganham o suficiente para manter-se a si mesmos e a suas famílias além do umbral da pobreza de 2 dólares ao dia por pessoa – pode aumentar até alcançar um total de 1,4 bilhão, o que representaria 45% do total de trabalhadores no mundo.
- e. Em 2009, a proporção de pessoas com empregos vulneráveis - ou seja, trabalhadores que contribuem para o sustento familiar ou trabalhadores por conta própria com menor acesso às redes de seguridade que protegem contra a perda de renda durante tempos difíceis – poderia aumentar de maneira considerável no pior dos cenários e afetar até 53% da população com emprego.

Nota-se que não obstante os incentivos governamentais, os empresários optam por

saídas conservadoras, afetando os empregos dos trabalhadores. É necessário que as medidas dos governos de auxílio ao sistema financeiro e produtivo venham acompanhadas de exigências de contrapartidas, dentre elas, a de manutenção do emprego dos trabalhadores e manutenção de seus direitos. A título exemplificativo, o setor privado da economia americana perdeu 742 mil empregos em março de 2009, segundo estimativa divulgada pela consultoria de recursos humanos ADP Employer Services.

No setor de serviços, a previsão da ADP é de uma perda de 415 mil empregos. Na indústria de produção de bens de consumo, a perda foi de 327 mil empregos - marcando o 27º mês consecutivo de contração no número de vagas. No setor manufatureiro, houve corte de 206 mil vagas, pelo 37º mês consecutivo.

No primeiro trimestre, segundo dados da ADP, foram eliminados 2,103 milhões de empregos no setor privado americano, o que representa 1,9% do total de pessoas empregadas no país até o fim do mês passado pela iniciativa privada, 110,735 milhões.

As empresas grandes --definidas pela ADP como aquelas com 500 funcionários ou mais-- tiveram perda de 128 mil vagas, enquanto as empresas médias --que empregam entre 50 e 499 funcionários-- perderam 330 mil postos de trabalho. Entre as empresas pequenas --com menos de 50 funcionários-- perderam 284 mil postos de trabalho.

2.1 A crise e seus impactos sobre o setor automobilístico (e a indústria da mineração) – observações acerca de uma relação decisiva no capitalismo de hoje

No âmbito das relações entre o poder público e a economia, o que mais chama a atenção nos dias de hoje, segunda metade de 2008 e primeira metade de 2009, quando se focaliza a questão das montadoras, é o empenho dos governos no sentido de redefinir condições e oportunidades para garantia da estabilidade desse setor da economia.

A referência da mídia quanto ao ano de 2008 ter entrado para a história como o pior momento da economia mundial desde a crise de 1929, pode sugerir um cenário enfático, de indiscutíveis perdas econômicas e quedas de consumo, acompanhadas de queda no emprego, mas os acontecimentos nem sempre contribuem para confirmar esse quadro pessimista. É necessário ver esse quadro como uma continuidade entre o Estado capitalista e o eixo dominante na construção e condução de políticas de monitoramento e benefícios ao capital, mormente ao setor hegemônico no interior do campo do capital.

O que vemos agora poderá ser registrado futuramente, como um processo múltiplo de reacomodação/consolidação, não mais do que isso.

Mudanças como a que foi assinalada pelo intenso envolvimento do governo norte-americano com o controle da GM, beneficiada com uma espécie de “ressurreição”, após o aporte de quase 50 bilhões de dólares do erário público e 39 dias de cobertura pelo artigo 11 da lei de falências do EUA (equivalente à concordata, na legislação brasileira) parecem sugerir até mesmo que o Estado capitalista poderia rever ou mesmo reformular inteiramente alguns princípios que nortearam a construção neoliberal de mais de trinta anos de consolidação de práticas de política econômica marcadas pela hegemonia do capital financeiro no campo do capital. Entre elas, a retração do controle estatal da economia e da propriedade empresarial. De fato, no momento, 60% da GM pertencem ao governo americano e 12,5% pertencem ao governo canadense. Mas é imperativo notar que, até aqui, não parece haver indicadores de mudança de rumo das políticas mais determinantes quanto às prioridades do projeto neoliberal. Procura-se, é claro, amortecer os impactos das mudanças, e isto onera governos, que de fato têm de observar com certo rigor o potencial de desestruturação que essas mudanças podem trazer sobre o mercado de trabalho, até mesmo para se preservarem os níveis de consumo. Os bilhões de dólares injetados na GM constituem parte “natural” do volume muito maior de recursos que habitualmente governos destinam ao “saneamento” de bancos ou que deixam de receber na forma de incentivos fiscais ou aplicam em políticas armamentistas, para favorecer a indústria de material bélico.

Em que pese o perfil preponderante de globalização, o enfrentamento da “crise” tem apresentado sensíveis características regionalizadas. Na maioria dos casos, é manifesto o conteúdo ideológico-cultural das ações de governo, creditando essas ações à necessidade de se priorizarem as questões “sociais” – preservar o nível de emprego, favorecer o consumo para as camadas desfavorecidas e majoritárias.

Neste particular, os países emergentes vêm desempenhando um papel estratégico de grande significado. Aparentemente na contramão da lógica do Estado ágil, de tamanho reduzido, defendido pelo projeto neoliberal, os governos vêm custeando medidas de preservação e recuperação econômica, como se nunca tivessem feito outra coisa, com uma naturalidade que causaria estranheza ao discurso hegemônico nas políticas econômicas das duas últimas décadas do século vinte. Medidas que envolvem a atuação econômica de iniciativa governamental, a ação em termos

de políticas públicas intervindo na construção de empreendimentos e reorientação de políticas regionalizadas de crescimento econômico e autossustentabilidade tornaram-se cada vez mais familiares para diversas comunidades. Ao que parece, aqui entraram diversas modalidades de fortalecimento e capilarização do capital financeiro, como implementação do microcrédito, bancos populares, modalidades especiais de financiamento e outras. Nada disso comprometia a hegemonia dessa vertente do capital; pelo contrário, trata-se, antes, de um processo de impregnação dessas práticas próprias desse capital junto aos setores anteriormente mais distantes delas (vide acesso das classes “C” e “D” de consumo ao uso do cartão de crédito).

Ainda no que concerne a medidas regionalizadas de envolvimento do setor público na recuperação/consolidação de áreas da iniciativa privada, há exemplos como o da região italiana do Piemonte, onde se criam pactos locais que geram fundos participativos para a pequena e média empresa, com envolvimento de governos comunais e do governo da região. Ou se busca o fortalecimento até mesmo de grandes empresas, como a Fiat, que tem tido, a seu favor, neste particular, a produção do discurso do movimento sindical, no sentido de que haja o apoio governamental para que a empresa possa intensificar a produção destinada à renovação da frota de veículos, argumentação apoiada na questão da redução dos impactos ambientais causados por veículos com muito tempo de uso, apoio do governo às políticas de redução da jornada de trabalho e preservação do emprego.¹

As pesquisas de ponta do setor automotivo também enfatizam a necessidade de se produzir um tipo de veículo que atenda às transformações na subjetividade do consumidor e nas condições de mobilidade ditadas pela diversificação das atividades e dos desejos, seja na área dos itens de segurança, comodidade no tráfego das cidades.²

No caso brasileiro, ficou claro que a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados teve impacto muito positivo para o setor automotivo, atestando o comprometimento do governo, também do ponto de vista financeiro, com a missão de aliviar impactos sobre as vendas. Por seu lado, a empresa voltou-se para as inovações que possam reduzir custos e ampliar mercados, como o lançamento do carro movido a eletricidade.

Vale acrescentar que, quando se contemplam outros setores que seriam pesadamente atingidos pela crise, como a mineração e a siderurgia, vem a perspectiva de melhora a curto e médio prazo para ambos os setores, que se mostram em franca superação do ponto mais profundo da queda das vendas, no final de 2008. As vendas de minério de ferro, que haviam caído

pela metade, 25 milhões de toneladas, de janeiro a outubro/08, para 13 milhões em dezembro, melhoraram para 19,5 milhões na média do primeiro semestre de 2009. Na área siderúrgica, há uma recuperação mais lenta, mas a religação dos alto-fornos de Minas Gerais vem ocorrendo em um ritmo animador, embora o preço da tonelada de ferro-gusa permaneça abaixo da metade do valor que era praticado em 2007.

3 TRABALHO CRIATIVO, PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS, CAPITALISMO INFORMACIONAL - COGNITIVO NO SÉCULO 21: reflexões sobre o ramo televisivo da indústria cultural na Argentina

A crise financeira mundial de fim de 2008 - cujos alcances e possíveis soluções não se vislumbram ao redigir este ensaio - evidencia de modo contundente as falências do modelo neoliberal de crescimento capitalista global das últimas décadas. Simultaneamente, Simultaneamente, a mesma crise sublinha a urgência de um debate largamente postergado: a relação entre a teoria e práticas do capitalismo que privilegia o registro informacional-cognitivo, a lógica da organização produtiva e do trabalho criativo e suas implicações para o desenvolvimento futuro.

A aproximação com esta problemática se relaciona com as *profundas mudanças* que o capitalismo experimenta desde os anos 1970 do século XX, que autores críticos de diferentes disciplinas denominam como informacional ou cognitivo (DANTAS, 2003; MOULIER BOUTANG, 2004; ROLDÁN, 2008) o qual se sustenta na Terceira Revolução Industrial-Informacional no processo de consolidação nas economias de industrialização avançada (FREEMAN; LOUÇA, 2002, entre outros). Neste ensaio, se pretende articular a relação entre a “criatividade” do trabalho humano entendido como processo de informação-comunicação e o tipo específico de organização produtiva e do trabalho desenhado para a apropriação daquele potencial no contexto do capitalismo informacional-cognitivo contemporâneo. Cabe investigar processos concretos de produção de conteúdos e de trabalho materializados dentro de (e não somente entre) as indústrias chave da Terceira Revolução Industrial Informacional - entre elas as Culturais (ICs) - denominadas “criativas” ou de “entretenimento” (Hugues, Ross, entre outros em Huws 2006-2007), e seu ramo Televisivo em particular em relação sinérgica com as telecomunicações e Internet (FREEMAN e LOUÇA, 2002).

As investigações de Windeler e Sydow, 2001, e Manning 2005, no ramo Televisivo das ICs sugerem em uma perspectiva empresarial, que a aplicação de um modelo de “*pro-dução de conteúdos em colaboração*” mediante “*redes*

de projetos” constitui uma proposta exitosa de renovação organizacional. Tal modelo, aplicado em nível industrial, unicamente, necessita ser desconstruído em nível micro social a fim de dar respostas à problemática de nossa investigação: Que razões explicam a ênfase empregada na produção de conteúdos no trabalho criativo per si? Como definir criatividade e trabalho criativo? De que modo a empresa capitalista organiza o potencial criativo do trabalho humano com fins de valorização e acumulação? Através de quais mecanismos este potencial é *exercido e apropriado* em pautas específicas de organização produtiva, e de trabalho, suas divisões e economias de tempo associadas (aqui denominadas Código do Trabalho)? Em que medida esta definição “objetiva” é corroborada ou negada pelas definições de produtos, práticas e potencialidades “criativas” provenientes de “*gerentes*” e trabalhadores/as? Que mecanismos de coordenação-cooperação e/ou controle de divisão do trabalho (aqui denominado Código Laboral) são utilizados pela empresa e quais são as reações dos trabalhadores envolvidos? Que lições podem ser aprendidas com o duplo exercício como contributo para uma agenda de desenvolvimento baseada na defesa dos direitos humanos na sua indivisibilidade? Por último, de que modo teoria e práticas se conciliam com a visão de desenvolvimento antes citada?

3.1 Indústrias Culturais, Modelo de Produção de Conteúdos Televisivos em Colaboração mediante Redes de Projetos

O trabalho de campo no ramo de televisão Indústria Cultural em 2000 na Argentina foi feito no contexto da teorização sobre o capitalismo cognitivo-informacional (COSTA, HORTA; ROLDAN, 2007, p. 1). Os ICs são um segmento da estrutura produtiva cujas origens e evolução remontam à Segunda Revolução Industrial (1880-1940), mas só durante as últimas décadas, a convergência construída entre as ICs () e de redes digitais dá pleno efeito à constelação tecnológica que caracteriza a terceira Revolução Industrial- informacional (FREEMAN; LOUÇA, 2002). Com efeito, esta constelação engloba a microeletrônica (a indústria provedora de insumo-chave, o ‘chip’ com circuitos integrados), os computadores eletrônicos, a informática e infraestrutura integrada de telecomunicações e da Internet (FREEMAN; LOUÇA, 2002, p. 303). Em um sentido amplo, também pode incluir a biotecnologia e publicidade (GETINO, 2007), e todo o complexo de “entretenimento” incorporando desporto (JOWELL, 2004) uma ampliação que justificaria uma extensão do conceito de lcs ao de indústria do entretenimento.

Do ponto de vista crítico, a importância de que se revestem as ICs no presente, nos domínios econômico, político, simbólico e

de desenvolvimento, transcende os limites estreitos da própria indústria em sua definição original. A revisão deve ter em conta as sinergias que afetam o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e mundial do emprego direto e indireto. No entanto, este exercício, embora necessário, é insuficiente para a abordagem da dimensão específica dos lcs como bens indivisíveis e inesgotáveis, ou seja, seu consumo não destrói o produto nem anula o gozo por outros usuários.

As mercadorias são caras para produzir e baratas para copiar. Tampouco constituem recursos escassos por natureza, sendo sua alegada escassez artificial e só garantida por meio de patentes, direitos autorais, número da licença, projetados para capturar em forma de renda o produto do trabalho humano definido como “criativo” (MOULIER-BOUTANG, 2004, entre outros). Esta característica, que indica a possibilidade de construir economias de abundância, em lugar de economias de escassez, não deve ser esquecido por qualquer análise do tema. Daí que as dimensões socioeconômicas, culturais (simbólicas), política (propaganda) e comerciais (publicidade), envolvidos na produção e distribuição desses ativos dará origem a questões complexas cuja resolução exige atuação interdisciplinar.

3.2 Captura de trabalho “criativo” vs coordenação colaboração, controle e divisões de trabalho no modelo de produção de conteúdo colaborativo em redes do projeto

O tema das divisões de coordenação no trabalho na esfera produtiva concerne aos mecanismos que asseguram os detalhes da contribuição do trabalho aos produtos elaborados, que envolvam o exercício de mecanismos para assegurar a coordenação das divisões do trabalho, quer seja através de cooperação, em si, uma força produtiva (MARX, 1991) e/ou através da coordenação hierárquica (EDWARDS, 1979; ROLDÁN, 2000). Logicamente, os mecanismos de coordenação adotados se associam com o desenvolvimento histórico da indústria e tipo de organização considerado produtivo e “consomem” certas habilidades e atitudes dos indivíduos e grupos. Quando a empresa pretende captar no nível micro da produção de conteúdos – um amplo espectro de atitudes, da pulsão ou desejo de saber que mobiliza a criatividade – lança-se a hipótese de que a implementação de mecanismos de controle deve ser necessariamente diferente do que o vigente na época do controle direto sobre o trabalho feito nas tarefas de montagem automotiva (Taylorismo-fordismo; Ohnismo/ Just-in-time Produção japonês e Sistema Sueco de Produção Reflexiva) (ROLDÁN, 2000).

3.3 Contexto histórico, produção de conteúdos e mudanças em coevolução.

Um ditado comum na indústria da televisão alemã, dizem Windeler e Sydow (2001, p.1035), é que “o conteúdo é rei” em um contexto muito particular histórico marcado pela natureza global adquirida pela indústria, com a tecnologia de digitalização e da privatização da radiodifusão em muitos países europeus. Estes processos se plasam em fusões e parcerias empresariais que afetam as finanças, produção, distribuição e aspectos culturais da indústria, constituída principalmente por empresas multinacionais que controlam não só a distribuição mas também grande parte da produção mundial de conteúdo. Com um número crescente de canais de televisão não só o conteúdo continuará a ser o rei, mas é provável que seja um recurso ainda mais crítico para o sucesso em termos econômicos e culturais. (WINDELER; SYDOW, 2001, p.1036, tradução de M. Roldán).

Esse quadro de urgência histórica marcou a passagem da produção nacional de conteúdos para televisão, em estudos de canais (in-house), a subcontratação generalizada para a produção independente, resultando em uma produção colaborativa de conteúdo através de redes de projetos nem sempre mais econômica, porém, com maior possibilidade de escolha, conforme as exigências de mercado (WINDELER; SYDOW, 2001, p.1047-8).

Com base na teoria da “estrutura” de Giddens (1984) os autores definem este conceito da seguinte forma: [...] “um meio de coordenação das atividades entre empresas relativamente independentes (incluindo artistas e artesãos) para efetuar um trabalho temporário para o qual as redes-empresa coordenam as suas atividades de projeto, com referência a um conjunto de relações e práticas estabelecidas (estendendo-as) no local além (sic!) do projeto imediato” (p.1049). As redes de projeto são sistemas temporários (GOODMAN, 1981) dado que as atividades estão temporariamente limitadas, mas à medida que cada novo projeto é baseado em experiências anteriores de colaboração, as mesmas têm um impacto significativo sobre a formação e coordenação de redes de projeto permitindo que as empresas independentes reúnem-se por períodos relativamente curtos, um par de semanas para a produção de conteúdos para televisão, e ainda uma efetiva coordenação de suas atividades (p.1049), que envolvem vários processos de subcontratação.

A organização de redes de “projeto promete conciliar as exigências de estabilidade e flexibilidade com a prospecção e exploração de redes de empresas para as quais as relações estáveis com os clientes são fundamentais para reduzir os riscos financeiros e os custos

de transação de operações. Além disso, a fim de reter os clientes, “as empresas procuram desenvolver as reservas externas de alguns profissionais técnicos e criativos com os quais possam contar nos canais de televisão a fim de fornecer conteúdos criativos em uma base regular para projetos de colaboração” para auferirem rendimentos e economias de repetição. (GOODMAN, 1981, p.411). Por sua vez, essas reservas são incorporadas em redes de projetos com base em “relações de longo prazo, com atores que se reproduzem através dos mesmos projetos em que colaborar “[...]. Devemos lembrar, também, que os produtores precisam explorar novas opções para manter a sua autonomia em relação a determinados clientes, a longo prazo, e que as redes são funcionais para os mesmos fins.

Como as empresas enfrentam custos elevados e a pressão para a produção de empresas de qualidade, as empresas de televisão empregam *apenas produtores executivos permanentes*. Mas “prestadores de serviços criativos e técnicos, como escritores, diretores e operadores de câmera são utilizados apenas com base em projetos específicos para manter os custos fixos baixos e promoção da diversidade criativa” (GOODMAN, 1981, p.411, itálico M. Roldán). Em resumo, o modelo de organização produtiva descrito constitui uma perspectiva de modelo de negócio de “economia central” predominante: o alemão. Deve-se verificar a sua aplicabilidade e validade para trasladar-se a uma realidade periférica da América Latina, que é realizada com base na experiência da Argentina.

3.4 Argentina, frente à construção do desenvolvimento baseado na informação e no conhecimento nos anos 2000

Depois de uma década (anos 90), de hegemonia econômica neoliberal caracterizada pela privatização (parcial ou total) das empresas públicas (incluindo a ENTEL, a empresa nacional de telecomunicações) e de recursos básicos sociais, como educação, informação, conhecimento e saúde, a liberalização comercial assimétrica, e a desregulamentação seletiva da economia como alvo um modelo de crescimento baseado principalmente na recuperação financeira do capital (BASUALDO, 2000, ARONSKIND, 2001; BASUALDO; ARCEO, 2006) – a Argentina tornou-se um exportador de recursos naturais/primário (soja em especial) e “indústrias de commodities”. As indústrias e as tecnologias de apoio à terceira Revolução industrial-informacional – que lideram a expansão global e que segundo a literatura exigem que pelo menos em alguns de

seus estratos (laboratórios, I/D e produção de conteúdos), trabalho particularmente criativo, estejam ausentes desta lista.

O processo culminou com a crise de 2001, e da mobilização popular (batendo em painelas) que forçaram a renúncia do presidente De la Rúa. Durante o período presidencial de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández, desde então, importantes avanços resultaram na reorientação do país rumo a um caminho de crescimento e desenvolvimento através de um retorno do Estado para exercer um papel ativo na regulação econômica e de promoção das atividades de produção, em vez de especulação financeira. Essas resultaram em aumentos significativos e sustentados do PIB até 2008, incluindo o campo das indústrias culturais (GETINO, 2007), redução da pobreza e do desemprego, e redistribuição de renda.

Há, no entanto, graves obstáculos para a continuidade deste caminho. Em primeiro lugar, a elevada concentração do capital transnacional em setores-chave da economia da Argentina, incluindo as telecomunicações, multimídia e grupos (ICS), em geral, este último afetando sinergicamente outros setores através da produção de conteúdo estrangeiro, todos os processos sob a égide da regulamentação supranacional da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a sua resultante particular, uma Nova Divisão Internacional-Informacional do Trabalho (NDIIT). Em segundo lugar, a desigualdade na distribuição de renda, embora o crescimento visto na geração de emprego (com percentagens elevadas, sejam precárias e informais de emprego) e implementou melhorias nos salários reais. Em resumo, a sustentabilidade das tendências do crescimento e do desenvolvimento, sua relação com a luta distributiva e o modelo do país em que estão inseridas as presentes e futuras políticas de estado futuro, especialmente aquelas relacionadas com a Revolução Informacional e seu caráter sistêmico, correm sérios riscos. Em meados de 2009, um crescimento sustentado, com o emprego crescente de anos anteriores, experimenta uma retração importante diante da crise financeira global, estando já em execução medidas de curto e médio prazo destinadas a saná-las. Um sinal positivo é dado pela aprovação recente da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (Lei 26.522/2009) atacada por setores conservadores políticos e econômicos, por significar um grande avanço sobre a legislação anterior, herdada da última ditadura militar (1976-83).

3.5 Produção de Conteúdos Televisivos e Organização do Trabalho em Redes de Projectos na Argentina (2008)³

Uma experiência de produção de conteúdo televisivo “meso e micro (2008) Complexo

Multimídia (AA), seu canal de televisão por satélite (BB') e modelo de produção de conteúdo no projeto de parceria "Networks - O caso do intervalo comercial (ZZ).

O Complexo Multimídia (AA) tem suas origens na Indústria Editorial Argentina e começou a publicar nos anos 60, mas está atualmente envolvido em uma variedade de negócios: edição e impressão, rádio, telecomunicações, TV, cabo, satélite e Internet, conteúdos digitais e produção audiovisual, entre outras, que sustentam um processo de concentração da propriedade em ambos os segmentos tradicionais e inovadores. O Grupo tem uma importante contribuição do capital transnacional, cuja magnitude é diferente em toda a sua rede de produção, uma faceta própria de outros grupos multimídia (Katz, 2006), incluindo, neste caso, aqueles feitos por um dos operadores de telefonia privatizadas. Na primeira década dos anos 2000, são duas as tendências simultâneas consistentes com aquelas observadas em todo o mundo: a centralização de atividades administrativas na WEB aumentando as economias de tempo na esfera da circulação, e a *terceirização de atividades de produção de conteúdos* previamente feito no mesmo canal com o seu próprio equipamento de gestão e promoção, escassas filmagens em exteriores e um grande número de trabalhadores.

Como uma instância de coordenação da Divisão de Trabalho em nível corporativo-institucional, durante o processo de reestruturação, o Complexo Multimídia (AA) pode desenvolver diferentes versões de um modelo de negócio ". No primeiro caso,

estudado em 2008 (Diagrama1), através do seu canal de satélite (BB) dá origem a uma cadeia de subcontratação da produção de conteúdo "criativo" em "redes de projetos", para usar um intervalo comercial para a difusão dos novos serviços a preços inferiores aos da concorrência, e para evitar a "migração" do seu público potencial para outros canais. O Diagrama 1 mostra a complexidade da cadeia estudada. O publicitário, Canal Satélite (BB'), através da equipe criativa do Departamento de Promoção e Publicidade (que gozam de segurança no trabalho) contrata a Agência / Equipe de Criativos Alas (Nível 1) com o qual ele realizou projetos de sucesso no passado, com o objetivo de escrever o roteiro e concepção global de curtas (ZZ) ("Eles acham que as ideias nos guiam", segundo uma fonte). Por sua vez, a Agência Alas contrata a Produtora independente 'Buenos Aires Arte' (BAA) de Publicidade e Cine (nível 2) para realizar a subcontratação e coordenação de outras fases de produção, neste caso dividido em níveis entre 3.1: Direção com 3 jovens profissionais, um deles o filho de um dos membros de uma produtora independente- fora subcontratada e 3.2: Equipe de Produção, que dá origem à subcontratação (Nível 4): Equipe técnica e geral envolvidos em diferentes etapas da produção total de Curta (ZZ), incluindo a empresa Castinera, encarregada de selecionar os atores que recomendou ao nível 3, incluindo nosso informante-chave. Tudo neste sócio tecido econômico incorpora uma variedade de atores sociais "criativos" por convocação ou pertencentes a diferentes empresas e / ou

equipes individuais.

DIAGRAMA 1 (Nível Indústria)

Pirâmide econômico-cultural: Complexo Multimídia (AA), Canal de TV via satélite(BB') e Produção de Conteúdo em Colaboração. O caso da publicidade de curta duração (ZZ) 2008.

**Complexo Multimídia (AA) 2008
Canal de TV via satélite(BB') do Complexo (AA)**

O Departamento de Promoção e Publicidade contrata **a:**

- 1. Agência /Equipe de Criativos 'Alas' (a cargo do roteiro de Curta) que subcontrata a:**
- 2. Produtora Independente 'Buenos Aires Arte' (BAA) de Publicidade e Cine que subcontrata a:**
- 3. 1. Os Diretores: Tres jovens Diretores, um deles filho de um dos sócios de um dos parceiros (BAA)**
- 3. 2. A equipe de produção,** que contrata várias equipes e pessoal envolvido em vários estágios da produção total, incluindo
- 4. A 'Castinera': Empresa encarregada da seleção dos actores que recomenda ao Nível 3, entre eles Darío Bellini (DB), informante-chave da pesquisa de M. Roldan**

Fonte: Documental e entrevistas realizadas por M. Roldan, 2008.

A fonte consultada (Agência/Equipe de Criativos Alas) sintetiza sua visão de “criatividade” aplicada à produção de conteúdos em termos notadamente instrumentais, de *negócio lucrativo*: “A publicidade é fundamental, porque o produto se faz e, portanto, nos chamam de” criativos “, porém, também existem “criativos” na empresa de produção e quem subcontrata diretamente, como os diretores, em função dos projetos, mas as corporações têm grande influência, porque são eles que pagam a publicidade: Então, nós dependemos dos anunciantes. Os anunciantes têm na mente o Canal, os produtos e seus mercados. Se você levar em conta uma pesquisa de mercado vai ver que o canal (BB ‘) apela a um maior nível econômico a que se refere, por exemplo, o Canal (DD) - outro canal de Buenos Aires. (Também que ter em mente – sentido incompleto) que os diretores de programas de TV são muitas vezes os proprietários de outras produtoras e que às vezes empregam a si mesmos. Mas, no caso dos grandes anunciantes foi imposta a prática de contratação de pacotes de publicidade anual e compram pacotes grandes. O canal, em seguida, decide a forma de distribuir, em que programas específicos, o orçamento que vai investir em publicidade (grifo no original)

Assim, no nível das empresas participantes os elos da cadeia de subcontratações, os resultados deste estudo concordam com os de Windeler e Sydow e Manning sobre como a importância do pré-relações existentes entre os níveis e contratados por um período variável (em média 4 anos), poderiam ter sua origem e coincidem com as realizadas anteriormente por outros dos canais pertencentes ao mesmo complexo Multimídia (AA) Esta cadeia de confiança construída sobre a experiência, o que excede a temporalidade limitada de um projeto que integra as empresas e seus contatos-chave: executivos de cada um, que podem ser parceiros estáveis ou funcionários de alto nível. Em outras palavras, a composição interna de cada uma das empresas e / ou equipes terceirizadas podem ter mudado, mas a inter-relação firme entre os agentes membros “criativo” mais visível de todos e de contatos “criativo” (independente, por exemplo) persiste. No caso estudado, as fontes entrevistadas mencionaram a relação de “confiança” derivada da experiência compartilhada entre os membros da equipe de criação do Departamento de Promoção e Publicidade do Canal Satélite (BB’) e da Agência / Equipe de Criativos Alas (nível 1) e através dela com a Produtora Independente ‘Buenos Aires Arte’ (BAA) (nível 2) (Figura 1) sugerindo a interdependência das redes de projetos, através das redes articuladas.

É imperioso, entretanto, mencionar algumas

reservas antes de extrapolar as conclusões do estudo alemão no caso argentino.

Em primeiro lugar, a colaboração “recorrente”, segundo fontes locais consultadas, não exclui um maior ou menor grau de concorrência entre as empresas de “colaborar” em função da sua posição nos mercados nacional e internacional.

Em segundo lugar, a interdependência entre as empresas pode, no caso da Argentina, tender para um maior grau de transnacionalização da produção de conteúdo e seus respectivos códigos, que no caso alemão, (é o fato de que diferentes níveis de terceirização pode ser articulada para um nível mais elevado da cadeia devido a relações de propriedade parcialmente compartilhada, uma situação comum na estrutura de multimídia complexos na periferia. Rever a concordância desta parte do parágrafo, pois a comunicação está confusa)

Em terceiro lugar, este fato pode explicar a coordenação hierárquica (controle) com divisões de trabalho impostas pelos códigos vigentes e sua contribuição para a dinâmica subjacente à evidente continuidade das redes sociais no nível micro.

4 CONCLUSÕES: novos Caminhos para o Estado ou Reatualização da Intransparência Estatal?

Na introdução a este ensaio, pergunta-se sobre a necessidade de um novo diálogo entre a teoria e a prática da pesquisa para entender a dinâmica do “capitalismo informacional realmente existente” e sua relação com o “potencial criativo”, de trabalho humano e com o tipo específico de organização produtiva e do trabalho nível “mezzo” e microdesenhado para captar este potencial. Esse feedback é um sine qua non para a concepção de uma nova agenda de desenvolvimento que poderia incluir a construção histórica do potencial criativo do trabalho humano como uma dimensão indivisível dos direitos humanos.

Na verdade, o grupo estudado, em 2008, exemplifica a possibilidade do conteúdo da produção capitalista e de economias de tempo na convergência digital de telecomunicações, informática e indústria de hardware. Os Códigos de Trabalho e Laboral ‘acordado’ (formais e / ou informal) entre o Complexo Multimídia (AA), o seu canal (BB ‘), a Agência/Equipe de Criativos Alas e a Produtora independente (BAA) e sucessivas ações da cadeia de subcontratação associadas à produção de conteúdo ‘, manifestam-se na prática e nos limites impostos (implícita ou explícita) a esta produção pela filosofia e critérios de rentabilidade do Complexo (AA). No mesmo sentido, a desconstrução do modelo de acordo com as definições de “criar” e trabalho “criativo” dos diferentes agentes mostra a maleabilidade intrínseca desses conceitos como eles são

expressos pela empresa em termos de modelo de negócio e como os trabalhadores / as os veem, em defesa da sua natureza intrínseca, seu valor de uso associado com as suas opiniões ou subjetividades.

Como em outras indústrias, novas divisões do trabalho criam a necessidade de coordenação através do pessoal a cargo dessa função específica (gerentes, técnicos), pessoal que por sua vez adquire o poder de controlar as divisões de trabalho. Portanto, o contexto envolvido (Tese de Harvey, 1998). (Para esse efeito, um número de jogadores nas várias etapas da cadeia (1, 2, 3 e 4) os executivos geralmente diferentes e os profissionais, todos os empregados permanentes e parceiros de diversas empresas que também podem pertencer, pelo menos parcialmente, ao complexo Multimídia, acompanhando as diversas fases do ciclo de produção total. Dar mais clareza à comunicação)

A análise de dados de campo também permitiu avaliar a associação entre a coordenação contínua, a cooperação, o controle dessas divisões e graus de aleatoriedade e redundância de informação processada e a economia de tempo associados. Não há a possível reconciliação (síntese) entre os dois termos contraditórios, ou seja, tempo aleatório e trabalho "criativo". O complexo e seus subcontratados utilizam o modelo de produção de conteúdo criativo "traduzido: em 'mezzo' sobre as relações de confiança e de experiência entre esses. Mas, no nível micro, às vezes os tempos de trabalho social são diferentes (mais extensos) de acordo com o nível de criatividade atribuída a diferentes participantes

Embora a instância estudada mostre a funcionalidade do modelo de aquisição de conhecimento a partir da perspectiva do Complexo Multimídia (AA), e seu canal via Satélite (BB') são também os riscos, como prova indefinidamente a absorção de conhecimento e a experiência dos trabalhadores criativos como 'traduzido em um produto final (neste caso o "Spot" (ZZ). Ou seja, o canal deve assegurar a prestação de trabalho "criativo" durante o tempo necessário para criar trabalho e um novo código (produto informacional original), que delega à Agência de Criativos Alas. Não é necessário a instalação permanente de trabalho de alto nível aleatório em atividades que o trabalhador / a verdadeiramente "criativo / a" consideraria chato e tenderia a rejeitar. Esta liberdade exige a coordenação do seu trabalho remunerado e não remunerado tempo (família, sociedade) e da poupança autoimposta de tempo, que se for necessário para vencer um dia de trabalho comum, de acordo com o exercício de criatividade que deseja comunicar no contexto de um tratamento preferencial e os salários elevados pagos a trabalhadores. Evidentemente, essas

variam de acordo com a qualidade do produto final acordado, de modo que é uma fonte de valor e acumulação através de uma licença ou de direitos autorais, normalmente exercida em todo o mundo.

No caso do informante-chave da pesquisa de M.Roldán (2008), válido em sua filosofia de vida particular, esta o conduz para caminhos não "seguros" economicamente, mas justificáveis em termos de possibilidades criativas e de sua produção independente em que se insere tanto o artista de teatro em grupos independentes ou na docência de teatro. Se aceitarmos que as necessidades, habilidades e desejos do artista - que incluem o desejo de saber e criar - são constitutivos da natureza humana, é possível explicar a sobrevivência dos grupos de artistas autônomos, mas não garantir a sustentabilidade a longo prazo necessária para a contribuição efetiva para o desenvolvimento informacional-comunicacional, no limite, a que a produção mercantilizada deve deixar pelo menos uma parte a seus trabalhadores culturais.

Desde o início da Segunda Revolução Industrial (1880), observou-se a crescente aplicação da ciência para o processo produtivo objetivada no sistema da máquina. O conhecimento ou "conhecimento social geral" tornou-se força produtiva imediata. Além disso, institui a reinterpretação do último na investigação das características assumidas pelo crescimento capitalista contemporânea. Também, significaria menos objetivação científica por meio de dispositivos tecnológicos, e mais através da mobilização de capacidades intelectuais e linguísticas implantadas na produção real de conteúdo. Assim, a cooperação "entre os cérebros" (VIRNO, 2004) se torna a principal fonte de propriedade através da privatização de seus produtos: o conhecimento como a informação comunicada neste caso, expressa como o produto: filmes de curta duração, indivisível e inexaurível, por natureza. Lamentavelmente, porém, mais uma vez, a crise da explicação econômica, baseada no paradigma da escassez, ainda não foi superado por uma teoria coerente e necessariamente interdisciplinar, que lidere os caminhos inéditos da abundância, nem tampouco por um pensamento sociopolítico que poderia utilizá-la.

Uma vez que neste interregno, a construção do NDIIT conduzido pela Organização Mundial do Comércio, entre outros órgãos supranacionais, continua empurrando o trabalho redundante para a periferia através de sistemas de produção e de trabalho impostos por uma coordenação-controle de suas divisões, corresponde sondar: Quais seriam as lutas do presente que levariam a um futuro de liberação? Poderia este presente perdurar indefinidamente? A operacionalização das políticas supranacionais de Estado em

direção a um objetivo comum são necessárias neste caso, e deveriam incluir a totalidade da constelação tecnológica inteira, além de educação, entre outras dimensões, as quais, por sua vez, precisam ser articuladas em política de desenvolvimento socioeconômico baseadas em mecanismos de coordenação política com base na cooperação, em vez de controle.

Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade de estabelecer novos direitos de propriedade que permitam que a atividade cognitiva humana seja respeitada em sua dimensão libertadora e, simultaneamente, em termos de capacidade de lucrar com esse edifício, concordando com Moulrier Boutang. No entanto, ele insiste, há também uma outra maneira, a realização de uma renda universal para os produtores que são independentes do mercado, de forma a liberar este conhecimento para o benefício coletivo.

Cumpre levantar, diante disto, algumas indagações:

1. a mudança preconizada pelo projeto neoliberal em direção à concretização do “estado mínimo” trazia embutida em seus objetivos a redução da carga tributária (vide pressões havidas pela extinção da contribuição provisória sobre movimentação financeira - cpmf, entre outras). Nesse caso, como se dava a previsão de recursos para que o Estado pudesse prestar socorro ao capital abalado pelas crises periódicas ou advindas do descontrole/desregulamentação que, naturalmente, fazem pender a concentração excessiva em direção aos mais fortes?
2. o perfil dessas mudanças na conduta e na orientação praticada pelo Estado, pelo menos no que toca ao apoio ao capital produtivo (uma vez que não era considerado inusitado que, em diversas ocasiões, a política de identidade monetarista vinha socorrendo o capital bancário) seria um indicador de *redirecionamento* ou de *rearranjo* e *reacomodação* das determinações ou práticas do projeto neoliberal?

E a produção do discurso das verdades, posicionando o que deve ou não deve ser entendido como crise, continuará, nos embates das hegemonias (tanto no campo do capital, como fora dele), reafirmando aquilo que diz Marx, na conhecida passagem de *A Ideologia Alemã*,

[...] os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e,

por isso, pensam, na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias, que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX, 1999, p. 72).

Verdades, no contexto de uma sociedade, são aquelas que se impõem graças à utilização dominante de diversos meios e das diversas vertentes da produção desejante, da produção do discurso de construção da História. Se o que temos hoje é uma grave crise ou um processo de reacomodação, o futuro poderá dizer.

Quando se dirige o foco para os países emergentes, é interessante observar que a leitura da crise também muda. É notório que as sociedades latino-americanas, por exemplo, não se reconhecem no Estado, e daí o próprio processo de mundialização nesses países passar também por um tipo de modernização que incluiu novas práticas e valores que, praticamente até os anos oitenta ainda não chegavam a ser generalizadas no continente: a universalidade como característica do público, a visibilidade social sobre as ações de governo, o controle social do Estado, a democratização, a sustentabilidade financeira e econômica, a representação dos interesses coletivos e a formação dos sujeitos coletivos, a formação e a consolidação de uma cultura da cidadania que, aos poucos, trouxe mudanças que impactaram uma mistura anômala que sempre houve, por exemplo, no Brasil, entre o público e o privado (processo que esteve presente ao longo de toda a nossa modernização conservadora).

Nessa nova configuração, é compreensível que as formas de implantação das mudanças terão que apelar inevitavelmente para o campo cultural/comportamental. Daí, busca-se mais uma vez, atuar com o poder dos órgãos de difusão e informação, publicidade e criação de novas modalidades de habituação, novas aspirações de consumo, reorientações em projetos de vida, tal como a expansão dos valores do empreendedorismo se deu na consolidação das subjetividades neoliberais (HORTA, 2003).

O que se pode observar, na realidade, é que o sistema capitalista apresenta uma criatividade e uma capilaridade mais do que suficientes para a superação dessas perturbações de percurso, talvez até mesmo com alguma consolidação e fortalecimento de economias periféricas, uma vez que os emergentes já vêm sofrendo menores impactos do que o que era esperado, em parte devido a formas híbridas de enfrentamento dos problemas, em parte devido a algum tipo de

rebuscamento dos governos em seu acervo de políticas intervencionistas mais leves do que aquelas da metade do século passado, por mais que seja verdadeira a referência de que aquela foi uma forma efetiva de inclusão de grandes setores da população daqueles países, inclusive o Brasil, no mercado e na cidadania.⁴

O estado capitalista vem funcionando de forma intransparente em sua relação com cidadãos e cidadãs, filtrando as informações necessárias para que se forme uma verdadeira opinião pública capaz de conhecer e opinar sobre os negócios de Estado. Esta questão se coloca em pauta de forma bastante atual quando a ajuda ao setor financeiro vem sendo feita sem exigir contrapartida em termos de criação e garantia de emprego aos trabalhadores, inclusive da manutenção dos empregos existentes e tampouco de uma reorientação da atuação estatal no plano social.

De qualquer forma, será necessário o distanciamento de algum tempo, para que se tenha uma definição mais precisa desse quadro que, olhado em perspectiva de totalidade, está longe de se apresentar como o dia do juízo final do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ARONSKIND, R. **¿Más cerca o más lejos del desarrollo?** Transformaciones económicas en los 90s. 2da serie extramuros. Buenos Aires: Libros del Rojas, 2001.
- BASUALDO, E. **Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la década de los noventa:** una aproximación a través de la reestructuración económica: el comportamiento de los grupos económicos y los capitales extranjeros. Buenos Aires: FLACSO: UNQ, 2000.
- BASUALDO, E.; ARCEO, R. (Comp.) **Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales.** Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006.
- BUSTAMANTE, E. Introducción: Las industrias culturales, entre dos siglos. EN: E. BUSTAMANTE (COORD.) HACIA UN NUEVO SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICACIÓN: las industrias culturales en la era digital. Barcelona: Gedisa Ed., 2003.
- COSTA, Cândida da; HORTA, C. R.; ROLDAN, M. Novas formas de exploração do trabalho e inflexões no modelo de desenvolvimento; precarização do trabalho e migração no século XXI. Revista de Políticas Públicas., v.11, n. 2, jul/dez. 2007.
- DANTAS, M. "Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo". **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, n.60, São Paulo, 2003.
- EDWARDS, R. **Contested Terrain;** the transformation of work in the twentieth century. London: Heinemann, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Graal Editora, 1979.
- FREEMAN, Ch.; LOUZA, F. **As time goes by from the industrial revolutions to the information revolution.** Oxford: Oxford University Press, 2002.
- GARNHAM, N. From Cultural to Creative Industries. An analysis of the implications of the creative industries approach to arts and media policy making in the United Kingdom. **International Journal of Cultural Policy**, v.11, n. 1, 2005.
- GETINO, O. **El Capital de la Cultura;** las industrias culturales en la Argentina. Buenos Aires: Ciccus, 2007.
- GUIDARE. l'auto lontano dalla crisi:** Seminário Automotive GFK-Eurisko, Milano. Disponível em: <www.gfk-eurisko.it>. Acesso em: 17 julho 2009.
- HARVEY, D. **La condición de la posmodernidad.** Buenos Aires: Amorrortu editores, 1998.
- HORTA, C.R. Neoliberalismo nos começos do século XXI: das conseqüências ideológico-comportamentais à construção de um novo sujeito social. in: Congresso ALAST, 4. 2003, Havana, **Anais...**
- HUGUES, B. **"Suits" and "creatives": managerial control;** the expropriation of fun and the manufacture of consent" en Huws.2006-2007.
- HUWS, U. **The Making of a Cybertariat:** Virtual Work in a Real World. New York: Monthly Review Press, 2003.
- _____. The spark in the engine; creative workers in a global economy. In: **Work Organisation, Labour and Globalization.** London. Analytical Publications v. 1, n.1. Winter. Ltd.2006-2007.
- JOWELL, T. **Government and the value of culture.** London, Dept. of Culture, Media and Sport, May, 2004.
- KATZ, J. **Tecnologías de la información y la comunicación e industrias culturales.** Una perspectiva latinoamericana. CEPAL, EuropeAid, Oficina de Cooperación, Julio, 2006.
- MANNING, S. Managing Project networks as dynamic organizational forms: Learning from the TV movie industry. **International Journal of Project Management**, 23, 2005.

MARGULIS, M. **Sociología de la cultura.** Conceptos y problemas. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2009.

MARX, K. **El Capital**, 14. ed. México: Siglo XXI Editores Tomo 2, v. 4, 1991.

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MOULIER, Boutang Y. Riqueza, propiedad, libertad y renta en el capitalismo cognitivo. In: MOULIER-Boutang et.al. **Capitalismo Cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2004

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendências Mundiais do Emprego.** Genebra, 2009.

PER UMA POLITICA INDUSTRIALE IN GRADO DIRILANCIARE I SETTORI DELL’AUTOMOTIVE E DIFENDERE L’OCCUPAZIONE E I SALARI. Gruppo Fiat: documento conclusivo coordinamento nazionale unitario del 17 febbraio 2009 - FIM,FIOM,UILM Nazionali, Roma. Disponível em: <www.fiom.cgil.it/autor/fiat/09_02_17>. Acesso em: 17 fevereiro 2009.

ROLDÁN, M. **¿Globalización o Mundialización?** Teoría y Práctica de Procesos Productivos y Asimetrías de Género. Una interpelación desde las realidades de la organización del trabajo en el apogeo y crisis de una industria nacional autopartista (1960-1990). Buenos Aires: Universidad Nacional de la Patagonia (SJB), Flacso, Eudeba, 2000.

_____. Desarrollo informacional generizado y organización del trabajo y del aprendizaje artístico teatral en el taller y en la escuela media (EGB3) en *La Aljaba, segunda época*, **Revista de Estudios de la Mujer**, Santa Rosa. v. XI, año 2007, Miño y Dávila editores. 2007.

_____. Capitalismo Informacional, industrias de la comunicación y organización del trabajo en la producción de contenidos en la rama editorial. Reflexiones sobre su contribución al desarrollo en la Argentina 2000s. In: SUSANA SEL (Comp.). **Imágenes, palabras e industrias de la Comunicación:** Estudios sobre el capitalismo informacional contemporáneo. Buenos Aires: La Tinta ediciones, 2008.

_____. Work and Learning Organization Dynamics: A Missing Link in the Problematic of Informational Development? Reflections on “Artistic” Artisan Production in Argentina from 1993 to the Present. In: WEIL, Markus; KOSKI, Leena; MJELDE, Liv (eds). **Knowing Work The Social Relations of Working and Knowing.** Bern: Peter Lang, 2009.

ROSS, A. **Nice if you can get it:** the mercurial career of creative industries policies en Huws. 2006-2007.

RULLANI, E. **El capitalismo cognitivo:** un déjà- vu en: Boutang, Moulrier et.al. 2004.

VIRNO, P. **Cuando el verbo se hace carne;** lenguaje y naturaleza humana. Buenos Aires: Editorial Cactus & Tinta Limón Ediciones, 2004.

WINDELER, A.; SYDOW, J. Project Networks and Changing Industry Practices__ Collaborative Content Production in the German Television Industry. **Organization Studies**, v.22, n. 6, 2001.

NOTAS

1. “Per uma politica industriale in grado di rilanciare i settori dell’automotive e difendere l’occupazione e i salari” FIM,FIOM,UILM Nazionali, Roma, 17 febbraio 2009. Ver, ainda: “Fonteggiare la Crisi Sostenere Lavoratori e Lavoratrici Salvaguardare l’occupazione: ’impegno dei comuni della zona ovest di Torino – patto zona ovest territoriale.
2. “Guidare l’auto lontano dalla crisi” Seminário AutomotiveGFK-Eurisko, Milano 17 Giugno, 2009. site: www.gfk-eurisko.it.
3. O objetivo do meu trabalho de campo de 2008 em Buenos Aires coincide com a de meus estudos em 2004-2007. Em 2008, minha fase de projeto específico era capturar os processos de transição da produção de conteúdos de televisão realizada por seus próprios canais (em casa) para a produção de conteúdos em “redes de projetos” que começou na década de 90. Para este fim, levei o exemplo da evolução do Complexo Multimídia AA nas microrelações em nível social. O seguinte é um breve resumo dos resultados da investigação. M. Roldán.
4. Aqui, vale lembrar as políticas de inclusão que resultaram dos governos nacionalistas de Perón, Vargas, Lázaro Cárdenas, Gamal Abdel Nasser, Ahmed Sukarno e outros líderes do chamado Terceiro Mundo nos anos 40,50 e 60 do século vinte.

Candida da Costa

Doutora em Ciências Sociais. Coordenadora do Núcleo Inreuniversitário em Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho/UFMA. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da UFMA

E-mail: candida.costa@superig.com.br

Carlos Roberto Horta

Mestre em Ciência Política. Coordenador do Núcleo em Estudos sobre Trabalho Humano –

NESTH/UFMG. Professor do Departamento de
Ciência Política da Universidade Federal de
Minas Gerais

E-mail: atroh@uol.com.br

Íris Martha Roldán

Doutora em Sociologia. Investigadora do
CONICET (Conselho Nacional de Investigações
Científicas e Técnicas) com sede na FLACSO
- Faculdade Latino-americana de Ciências
Sociais da Argentina.

E-mail: martharoldan@arnft.com.ar

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Av. Antonio Carlos 6627 Pampulha
Belo Horizonte - MG

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, s/n – Campus do
Bacanga.
São Luís - MA
CEP 65.085-580